

DORA  
KRAMER

dora.kramer@grupoestado.com.br



À imagem e  
semelhança

Da corrupção filmada com deputado enfiando dinheiro nas meias até a entrega da investigação a investigados, suspeitos e amigos dos acusados, passando pela concessão do perdão do governador flagrado na partilha aos seus “agressores”, tudo é exagerado – ao molde das más comédias – no caso do esquema de distribuição de propinas descoberto pela Polícia Federal no governo de Brasília.

Descontada a exacerbação do descaramento, nada diferencia a condução do caso na Câmara Distrital da capital da República da prática no Congresso Nacional de manipular toda e qualquer investigação que ameace o Poder do lado interno ou externo da Casa.

Em Brasília, passado o susto com o impacto provocado pelas imagens entregues à polícia pelo delator e operador do esquema, o cinismo voltou a imperar, resultando na montagem de uma empulhação destinada a permitir que, do governador aos deputados, todos cumpram em paz seus mandados até o último dia.

Foram criadas três instâncias de proteção. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as “irregularidades” do governo em que presidente e relator são ex-secretários do governo, o vice-presidente é um aliado e apenas um dos integrantes não faz parte da base de sustentação de José Roberto Arruda.

Na Comissão de Constituição e Justiça, encarregada de admitir ou não a tramitação dos pedidos de impeachment contra o governador, foi eleito um novo presidente: Geraldo Naves, amigo assumido do governador Arruda e do vice, Paulo Octávio, aos quais teve oportunidade de visitar várias vezes desde o início do escândalo, a fim de emprestar solidariedade.

Pantomima  
na Câmara  
de Brasília  
é versão  
piorada das  
farsas do  
Congresso

Na comissão especial que examinará os pedidos de impeachment caso eles passem pelo crivo da CCJ, a maioria também é governista.

Segundo a deputada Eliana Pedrosa, ex-secretária do governo, nada disso impõe às investigações qualquer “viés” pró-Arruda. De acordo com ela é incorreto falar em “governistas” já que o governador está sem partido.

De fato, depois de sair do DEM – partido de Eliana, por sinal –, o governador ficou sem legenda partidária, mas continuou de posse do governo. E, com ele, da maioria dos 17 entre os 24 deputados distritais que, se tudo o mais der errado, vão votar o destino do governador no plenário.

Todo esse arcabouço de desfaçatez presidido por quem? Pelo deputado que enfiou dinheiro nas meias, Leonardo Prudente, presidente da Câmara Distrital, de volta ao cargo depois de breve licença.

E para quem ainda sente dificuldade em ligar o nome desse jogo à pessoa do Congresso Nacional, o presidente da CPI do Arruda, Alírio Neto, esclarece comparando a “sua” comissão à CPI da Petrobrás: “No Congresso, a presidência da CPI ficou com o governo, não vejo dificuldade nenhuma.”

De fato, só se vislumbram facilidades. Para o governador e os dez deputados distritais envolvidos no escândalo. Entre eles, Eurides Brito, filmada literalmente embolsando dinheiro, mas com seu assento mantido intacto na Comissão de Constituição e Justiça.

Isolada, a líder do PT, Érica Kokay, analisa o quadro: “Tudo indica que há uma articulação do governador para que o processo de crime de responsabilidade seja arquivado.”

Noves fora a ingenuidade simulada, a deputada sabe muito bem do que fala, pois o exemplo lhe é partidariamente familiar.

Coreografias

Se é verdade mesmo que o presidente Lula seis dias antes da assinatura do decreto orientou o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, a retirar do texto sobre a Comissão da Verdade a referência a punição aos torturadores, alguém enganou alguém.

Lula teria sido alertado do equívoco pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, no dia 15 de dezembro. Quando o decreto saiu no *Diário Oficial* com o texto inalterado, Jobim e os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, apresentaram seus pedidos de demissão, mas recuaram em seguida.

Como o secretário não foi admoestado pelo ato de quebra de confiança, o mais provável é que Lula não tenha pedido modificação alguma. Até porque, se pediu, o normal teria sido verificar se havia sido atendido.

Obviamente o raciocínio não escapa ao tirocínio da cúpula da Defesa, o que faz do ato da demissão coletiva um balé.

Quem cala

Quando parlamentares e dirigentes do PSDB se manifestam em clima de campanha e de candidatura presidencial definida, não contrariam – como rezam algumas interpretações – o governador de São Paulo, José Serra.

Apenas cumprem o com ele combinado: enquanto o partido fala, o candidato cala.

Prolixo

O Programa Nacional de Direitos Humanos contempla 521 medidas. Mais que o dobro da Constituição com seus 250 artigos, já considerados excessivos. ●

GOVERNO

Grupo quer ver Dilma entrar  
na polêmica dos direitos humanos

Na próxima de Lula, ela amenizaria radicalismo e colheria dividendos

Leonencio Nossa

BRASÍLIA

Uma corrente do governo próxima ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende a ideia de que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, se exponha mais no debate em torno do Programa Nacional de Direitos Humanos, com o propósito de amenizar os radicalismos e produzir avanços nesse campo em relação aos textos do governo anterior.

Esse grupo, que conta com assessores presidenciais e ministros do governo, acha que o texto produzido no Ministério da Justiça encampa em alguns pontos o ideário ultrapassado, mas o conjunto da obra poderá ser aproveitado por Dilma até com

dividendos políticos. Eles avalliam que o programa, embora tenha “pecado pela abrangência” ao encampar assuntos distantes do debate sobre direitos humanos, trata de pendências históricas importantes, como a Comissão da Verdade.

Nesse contexto, o entendimento é que os participantes da resistência nos anos do regime militar já “pagaram um preço” por suas atividades no período, como a clandestinidade, a prisão e até tortura – caso da própria ministra.

“É normal que candidato seja cobrado por tudo”, disse um auxiliar de Lula. “É preciso perguntar para a Dilma sobre o que ela acha do programa.”

Na avaliação desses assesso-

res, a crise dos direitos humanos é um bom começo para o debate eleitoral. “Todos eles, Dilma, Serra e Marina Silva, vão ser a favor da Comissão da Verdade, uma ideia que sairá mais fortalecida da crise”, afirmou o auxiliar de Lula.

Personagens caracterizados por uma militância mais ostensiva – como o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – protagonizam algum constrangimento no episódio porque Dilma não mostrou até hoje disposição para confronto com os militares em torno dos crimes da ditadura. Por isso, se aposta que terá habilidade suficiente para enfrentar o tema sem se indispor com as Forças Armadas e, ao

mesmo tempo, mostrar sua história pessoal, parte dela passada nas prisões da ditadura.

A tese avança até um cenário em que os integrantes do governo que participaram da resistência armada prestem testemunho à Comissão da Verdade, sem revanchismo e apenas com uma preocupação de revelar a história para as novas gerações.

PASSEIO

Na manhã de ontem, Dilma passou por uma hora com seu cão labrador, o Nego, pela Península dos Ministros, área do Lago Sul, em Brasília, onde fica a residência da Casa Civil. Com chapéu, bermuda e bem-humorada, ela cumprimentou pessoas que passavam pelo local. ●

Decreto ficou parado na Casa Civil  
para ajustes por duas semanas

BRASÍLIA

Por duas semanas, o polêmico decreto que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) ficou estacionado na Casa Civil, comandada pela ministra Dilma Rousseff, para ajustes de texto. Mas desde que retornou do recesso, antontem, a ministra não deu declarações sobre o assunto. Como nas crises anteriores sobre temas relativos ao regime militar, ela preferiu, ontem, se manter afastada da confusão. No caso, um cálculo eleitoral ainda em avaliação no Planalto teria comandado o silêncio da ministra.

Ao longo de 2009, o ministro Paulo Vannuchi, de Direitos Humanos, costurou o programa de mais de 500 pontos com colegas de governo. Ele tratou de vários pontos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem é amigo pessoal há mais de 30 anos. Antes de ser aprovado no dia 21 de dezembro por Lula, o texto do decreto que instituiu a terceira versão do programa passou pela pasta da Casa Civil, órgão que assessora o presidente com avaliações sobre a constitucionalidade e a legalidade das propostas que vão virar decreto, medida provisória ou projeto de lei. A Casa Ci-

vil tem a função de fazer a análise do “mérito”, da “oportunidade” e da “compatibilidade” das propostas que chegam às mãos do presidente.

Dilma estava fora  
do País em parte  
do tempo que texto  
ficou em sua pasta

Na Casa Civil, a proposta de decreto ficou na gaveta e nas mesas dos assessores durante 13 dias – foi entregue por Vannuchi no dia 8 de dezembro. Em

parte desse período, Dilma estava na Dinamarca, onde participou da Conferência da ONU para Mudanças Climáticas. Lula lamentou que a polêmica dos direitos humanos acabou atingindo quem ele mais quer preservar: Dilma, sua candidata à Presidência. O presidente e sua equipe afirmam que a “lambança do amigo” Vannuchi atinge uma ministra oriunda da esquerda que combateu a ditadura, mas que nunca demonstrou disposição de fazer a revanche com as Forças Armadas.

A ministra conta com um grupo de assessores fiéis, como a secretária executiva Erenice Guerra, que acompanha debates importantes do governo desde que foi para o Planalto com a ministra, em 2005. Com a saída de Dilma do governo para disputar a Presidência, Erenice comandará a pasta. ●

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ABR



CONTRIBUIÇÃO - José Sarney defendeu o nome de Dilma para Presidência, citando a ‘coragem’ da ministra e o governo ‘extraordinário’ de Lula

Lula leva ministra e PMDB ao ‘palanque’

De acordo com o texto que liberou R\$ 3 bi para prefeituras, candidata agradece líder por emenda

Carol Pires

Eugênia Lopes

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou a primeira solenidade de 2010 em palanque para a campanha da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), candidata do PT à sua sucessão. Diante de uma plateia de cerca de mil prefeitos, nove governadores, seis ministros e duas dezenas de parlamentares, Lula desafiou seus adversários – segundo ele, “todos muito letrados” – a fazer “um debate de alto nível” nas eleições deste ano e avisou que não vai adotar

o estilo “Lulinha paz e amor” da campanha de 2002.

“Estou tão convicto de que nada, absolutamente nada, vai fazer com que eu perca um milímetro do meu bom senso e desviar o País do caminho em que estamos hoje”, disse Lula, na solenidade que liberou R\$ 3 bilhões para mais de duas mil prefeituras. “Na ausência de discurso programático, vale chutar do peito para cima. O que eles não sabem é que eu sou capoeirista. E estou muito preparado para não deixar a coisa passar peito para cima.”

Coube ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), a

defesa mais explícita do nome de Dilma para suceder Lula. Disse que a ministra é uma mulher de coragem, decisões e exemplos. “Isso mostra a ascensão das mulheres nesses anos todos, o exemplo extraordinário que ela dá, naturalmente a contribuição que ela tem dado e vai continuar dando ao nosso País”, disse Sarney, que fez questão de ressaltar o governo “extraordinário” que Lula vem fazendo. Ele lembrou que, em 2010, faz 25 anos que assumiu a Presidência da República. “Às vezes acho que é outro País tal foram as transformações.”

Ao lado de Sarney, Lula fez

apelo para que os prefeitos mantenham boa relação com o governo federal. “Não vou permitir que o jogo rasteiro de uma campanha eleitoral estremeça a grandeza das relações que conseguimos construir”, disse.

A ministra Dilma falou nas realizações do governo, com o projeto Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De olho na aliança com o PMDB, ela fez agradecimento ao líder do partido na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), pela emenda parlamentar que incluiu no Minha Casa Minha Vida os municípios com até 50 mil habitantes. ●